



Velloso (D) ao lado de seu antecessor, Celso de Mello, ao assumir a presidência do Supremo: solemnidade de posse transformou-se num ato em defesa da independência e do fortalecimento do Judiciário

Idéias novas na Corte Suprema

Carlos Velloso assume STF defendendo reformas para acabar com a morosidade do Poder Judiciário e critica fim do TST

Lydia Medeiros
Da equipe do Correio

O Poder Judiciário nunca esteve tão exposto. No Senado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito devassa os tribunais brasileiros, revelando dramas, recursos desviados e nepotismo. Na Câmara, uma comissão estuda reformas para acabar com as mazelas da Justiça. O Supremo Tribunal Federal (STF) não fechou os olhos para a crise, mas fez da cerimônia de posse de seu novo presidente, o ministro Carlos Mário Velloso, um ato em defesa da independência e do fortalecimento do Judiciário.

A austeridade do plenário absolutamente lotado do Supremo não impediu discursos políticos. O novo presidente marcou suas posições. Diante dos comandantes do Executivo e do Legislativo, afirmou que a crise é um fenômeno nacional, não

exclusividade da Justiça. "A economia tem vivido momentos de turbulência, a Previdência Social também tem a sua crise, o mesmo corre com a universidade; o Legislativo e o Executivo não fogem à regra. Então, se o Judiciário não tivesse os seus problemas, não seria brasileiro", disse Velloso, que substituiu o ministro Celso Mello.

À mesa, ao lado de Velloso, estava o presidente Fernando Henrique Cardoso. Na ala reservada aos ex-ministros do Tribunal, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), crítico contumaz da Justiça e mentor da CPI, e o deputado Michel Temer (PMDB-SP). "Procurarei, com ajuda de meus eminentes colegas, realizar o ideal da minha vida, pelo qual venho pugnando há mais de quatro décadas: que o Judiciário brasileiro seja cada vez mais forte, mais independente, mais respeitado", prometeu, citando o pai do colega Octávio Gal-

lotti, o ex-ministro Luís Gallotti: "Um Judiciário em que os seus juízes possam ter apenas um medo, o medo de ter medo, ou o medo de faltar ao nosso dever".

VELHAS TENTAÇÕES

O primeiro discurso da festa coube ao ministro Gallotti, que saudou o novo presidente em nome do tribunal. Deu o tom da posse: "Vossa Excelência chega à presidência da Corte em momento delicado de nossas instituições, quando a justificada ansiedade pela solução dos problemas sociais e econômicos que o mundo e a Nação enfrentam faz redobrar-se as tensões a recair sobre a ordem jurídica e o Poder Judiciário, ressuscitando velhas tentações de atalhar-lhes a atuação, por meio de travessias menos seguras e iluminadas", disse Gallotti.

Velloso transformou seu discurso em um roteiro para a reforma judiciária e elegeu a morosidade como o grande mal do sistema brasileiro. Ele atribuiu essa lentidão à explosão de processos que abarrotam os tribunais desde a Constituição de 1988. "A medida que se acentua a cidadania, as pessoas procuram

mais os tribunais", explicou.

Velloso apontou soluções. A primeira seria a aplicação do chamado efeito vinculante das súmulas judiciais, que poderia acabar com decisões repetidas. "O Supremo Tribunal já recebeu, neste ano, perto de 19 mil processos. Dessa massa, 80% a 85% são casos repetidos. É dizer: o Supremo Tribunal decide uma questão de direito mil vezes", criticou o ministro, defendendo a extensão da medida aos tribunais superiores.

Também pregou a simplificação processual, a racionalização dos recursos judiciais e o fortalecimento da Justiça de 1º grau: "Cerca de 30% a 40% das demandas podem ser decididas, em definitivo, quanto à matéria de fato, no 1º grau", justificou.

BANDOS ARMADOS

O ministro foi contra a extinção das Justças trabalhista e militar. Segundo ele, a tendência é a especialização do Direito e seria um contrassenso caminhar para o fim do Tribunal Superior do Trabalho, passando suas atribuições ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). "Desmancharíamos o que já está pronto para fazer tudo de novo", disse Velloso. Mesmo

assim, o ministro pediu mudanças. O fim da representação classista, a regionalização das ações trabalhistas e a redução dos recursos processuais.

Velloso sugeriu ainda a diminuição do número de juízes dos tribunais militares, inclusive no Supremo Tribunal, mas afirmou que, sem Justiça especializada, as corporações militares, fundadas na disciplina e na hierarquia, podem se transformar em bandos armados.

O controle do Judiciário, para o ministro, deveria ser exercido pelo Conselho Nacional da Magistratura, com a competência de normatizar a remuneração de magistrados e servidores e elaborar e executar o orçamento do Judiciário. Um corregedor-geral do Conselho teria poderes de investigação em qualquer órgão do Judiciário, federal ou estadual. Para controlar a qualidade de dos juízes, Velloso sugere a criação de Escolas da Magistratura inspiradas em países como França, Portugal e Espanha. Os candidatos a juiz prestariam concurso para a Escola, onde ficariam dois anos e seriam declarados juízes conforme o aproveitamento, medido em aulas práticas e estágios.